



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA NONAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA GERÊNCIA-EXECUTIVA DO INSS EM OSASCO/SP

Data : 07 de Março de 2013

Horário: 9:00 horas

Local : Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Sandra Margareth Moreira da Cunha Cavalcanti – Presidente do Conselho

Tania Nunes Pereira – Representante do Benefício

Eurípedes Cestare – Representante da Procuradoria Local

Representantes dos trabalhadores

Marcos de Souza Roca – Titular – Representante do Sindmetal

Representantes dos aposentados e pensionistas

Pedro da Silva Barbosa – Suplente - Representante da UAPO

Joaquim Antônio – Titular -Representante do Sind. Nac. dos Aposentados

Luiz Santiago da Silva – Suplente – Representante do Sind. Nac. Dos Aposentados

Representantes dos empregadores

VISITANTES

Priscilla Meireles – Repres. Damm Produtos Alimentícios

Lilian Pessoa – Repres. Plestin Plásticos Indl.

Ricardo Aparecido Gonçalves – Repres. Panini Brasil Ltda

Levi Trindade da Silva – Repres. Panini Brasil Ltda

Gilberto Rocatto – Repres. Friozem Logística

Valine Oliveira – Repres. Friizem

Sueli Luzia Florio – Repres. Espabra

Carlos Aparecido Clemente – Repres. Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

Marcelo Raimundo dos Santos – Repres. Advocacia Geral da União

II - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Sandra Neres Barbosa – Suplente – Representante Sid. Químicos de Osasco

Raul Erico A. Gollmann – Titular – Representante da CIESP

III - ABERTURA

Verificada a existência de quorum, a Presidente deste Conselho, Sandra Margareth Moreira da Cunha Cavalcanti, abriu a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, deu início aos trabalhos.

IV – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da 95ª Reunião será colocada em votação na reunião de abril/2013, juntamente com a presente ata.

V – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Aprovada a seguinte ordem: Palestra a respeito do tema “Ações Regressivas Acidentárias”, ministrada pelo Chefe da Seção de Consultoria e Assessoramento da Procuradoria Federal Especializada Junto ao INSS, Eurípedes Cestare.

VI – ORDEM DO DIA

A presidente deste Conselho de Previdência Social, Sandra Margareth, abriu a reunião cumprimentando a todos. Apresentou a Gerência de Osasco aos visitantes, informando a quantidade de agências, abrangendo nove municípios, bem como o endereço de cada unidade. Falou da nova agência no município de Itapevi, em construção, e da unidade de Reabilitação Profissional, instalada na Policlínica da Zona Norte de Osasco. Sandra discorreu sobre a composição do Conselho de Previdência Social - CPS e seu funcionamento e contou aos presentes que o CPS em Osasco foi o primeiro a ser instalado no Brasil. Informou ainda que em 2013 haverá um Encontro Nacional dos Conselheiros, a ser realizado em Brasília. Após a explanação, a presidente passou a palavra ao palestrante e representante da Procuradoria Local, Dr. Eurípedes Cestare. O conselheiro apresentou-se e discorreu sobre as atribuições da Procuradoria. Explicou que antigamente, em cada autarquia, havia uma Procuradoria, mas que hoje esse trabalho foi centralizado na

Advocacia Geral da União – AGU, que agora atende, em Osasco, 183 autarquias federais. Os trabalhos prestados são na esfera judicial e extra-judicial. Dr. Eurípedes informou que a Assessoria Jurídica em Osasco é fornecida apenas ao INSS. O procurador agradeceu a presidente do CPS pela oportunidade e também ao representante do Sindicato dos Metalúrgicos, Carlos Aparecido Clemente, presente na reunião, pelo auxílio em duas Ações Regressivas impetradas em Osasco. Disse ainda que há mais de vinte ações em andamento na AGU em Osasco. Passou a discorrer sobre as Ações Regressivas Previdenciárias, que têm por objeto o ressarcimento de despesas previdenciárias determinadas pela ocorrência de atos ilícitos, compreendendo os ilícitos penais dolosos que resultarem em lesão corporal, morte ou perturbação funcional. Ressaltou que a Procuradoria vem atuando em três frentes: Acidente de Trabalho (na ação de ressarcimento do INSS pelo pagamento que fez de benefícios), Acidente de Trânsito (cuja vítima recebeu benefícios previdenciários) e Lei Maria da Penha (quando o benefício pago pelo INSS decorreu de violência contra a mulher). Segundo o Procurador, essas ações têm como objetivo uma mudança de cultura a longo prazo. Em seguida foi apresentado um documentário intitulado “Via Legal”, sobre Ações Regressivas. Dr. Eurípedes informou que o Brasil está entre os 8 países com maior índice de acidentes de trabalho no mundo. Para ser caracterizado como acidente de trabalho, são necessários alguns pressupostos: tem que haver o acidente em virtude do trabalho, o trabalhador tem que estar recebendo pagamento de benefício e tem que haver negligência por parte da empresa. Dr. Eurípedes explicou que a AGU precisa acionar o Ministério do Trabalho para investigar, além de ter que contar muitas vezes com a polícia e também com os Sindicatos. Revelou que as empresas alegam que já pagam o Seguro Acidente de Trabalho - SAT e que por isso a Previdência tem o dever de pagar o benefício, pois conta com esse recurso. Entretanto, o SAT é destinado àqueles acidentes em que não houve culpa da empresa. Se foi configurada a culpa, há o crime. Dr. Eurípedes salientou ainda que muitas vezes o segurado demora para entrar com a ação e as empresas alegam que houve prescrição. Em 2008, o INSS gastou 11,6 bilhões com benefícios acidentários e aposentadorias especiais decorrentes das condições ambientais do trabalho. Em relação aos acidentes de trânsito, comentou que o Brasil está em quinto lugar nesse tipo de acidente e lembrou que é necessário esperar primeiramente a Ação Penal para depois entrar com as Ações Regressivas. Quanto à Lei Maria da Penha, instituída em 2006, Dr. Eurípedes contou como a Lei foi criada e disse que, assim como os acidentes de trabalho e de trânsito, ela tem uma finalidade pedagógica. A primeira ação foi impetrada em Brasília e foi julgada procedente. O procurador destacou que, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde – OMS, compreendidos entre 2006 e 2010, o Brasil ocupa a sétima posição, em um total de 84 países, em números de homicídios

femininos, sendo a taxa de 4,4 em cada 100 mil habitantes. Segundo o Mapa da Violência de 2012, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 72,1% dos casos de violência contra a mulher, os agressores são maridos, companheiros ou ex-companheiros; 58,1% das vítimas são agredidas diariamente; em 51,3% dos casos, a mulher diz correr risco de morte e em 84,2% dos casos, os filhos presenciam ou sofrem violência junto com a mãe. Segundo Dr. Eurípedes, a Procuradoria determinou que houvesse um procurador responsável somente pelas Ações Regressivas. Entretanto, ressaltou as dificuldades encontradas pela quantidade reduzida de procuradores na instituição, responsáveis por atender a grande demanda de vários órgãos como Ibama, Anatel, Imetro, entre outros. Informou que em Osasco há mais de cinco mil ações somente do Ibama e do Imetro, além de Ações Prioritárias (acima de 1 milhão) como Improbidade Administrativa, ações contra prefeitos, ações na Área Médica, em que há necessidade de conhecimentos específicos, como aquelas que envolvem laboratórios que produzem remédios genéricos e similares. Disse ainda que é na área da construção civil onde ocorrem os acidentes de trabalho mais graves. Após a apresentação, Dr. Eurípedes abriu espaço para perguntas. O conselheiro Marcos Rocca disse que reconhecia o trabalho do procurador, mas achava que as Ações Regressivas estavam patinando, indo muito devagar. Rocca salientou que os Acidentes de Trânsito e a Lei Maria da Penha eram importantes, mas lembrou que já havia o Código Penal para enquadrá-las e ressaltou que as empresas estavam causando muito mais acidentes. O representante dos trabalhadores afirmou que, nas empresas, o patrão não abria a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, o empregado não recebia o benefício, ficando desamparado, enquanto os empresários saíam ilesos. Rocca falou que gostaria de ver as empresas em Osasco sendo objeto de ações e devolvendo o dinheiro para a Previdência. Dr. Eurípedes informou que tem havido ações, mas que há dificuldade em provar a responsabilidade da empresa porque muitas vezes a fiscalização é feita muito depois do acidente. Explicou que quando o Ministério do Trabalho consegue investigar rapidamente, dois ou três dias depois do ocorrido, é mais fácil conseguir a prova. Contou um fato ocorrido com um empregado que perdeu o pé. A Procuradoria entrou com a ação, mas a empresa recontratou o funcionário e ele assumiu toda a culpa pelo acidente. Assim a Procuradoria perdeu a ação, mas está recorrendo. Marcos Rocca apontou a necessidade da Delegacia de Acidente de Trabalho, do Ministério do Trabalho e da Procuradoria trabalharem juntas. Dr. Eurípedes lembrou que tanto o Ministério do Trabalho como a Procuradoria estavam desaparelhados. No caso da Procuradoria, havia somente 16 procuradores para atender 183 autarquias. O visitante Carlos Aparecido Clemente parabenizou o procurador pela intenção de ir ao Sindicato e recordou que a primeira Ação Regressiva foi distribuída em maio de 1995, sendo a Lei criada somente em 2002. Contou que em São Paulo a

Superintendência entrou com Ações Regressivas no final de 1996 e em 1998 há havia ganho a ação. Disse que as ações têm que ser divulgadas. Após responder as perguntas, Dr. Eurípedes passou a palavra para a presidente que por sua vez enfatizou o caráter educativo das Ações Regressivas, afirmando que não se podia aceitar essa situação. Agradeceu a participação de todos os presentes e solicitou a divulgação do tema para outras pessoas. Informou que o Conselho se reúne uma vez por mês, toda primeira quinta-feira do mês.

VII – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do plenário e deste Conselho, Sandra Margareth Moreira da Cunha Cavalcanti, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a nonagésima sexta reunião ordinária do Conselho de Previdência Social da Gerência Executiva do INSS em Osasco. Para constar, eu, Laís Muniz Menezes Toma, servidora, secretária deste Conselho, lavrei a presente ata.

Osasco, 07 de Março de 2013.

Sandra Margareth Moreira da Cunha Cavalcanti

Presidente do CPS